INFORME RIG

Relações Institucionais e Governamentais

AGENDA DA SEMANA

CONGRESSO NACIONAL
SEMANA 30/08 A 03/09



Sistema CNDL

CNDL FCDL CDL CDL Jovem SPC BRASIL



CENÁRIO

A semana começa com a previsão de votação do Novo Código Eleitoral (PLP 112/2021) na Câmara dos Deputados. A urgência foi incluída na pauta, e o mérito pode ser votado nesta quinta-feira. A relatora em plenário será a dep. Margareth Coelho (PP/PI). Além disso, o PL 2337/2021 (Reforma do IR) permanece na pauta, mas sem previsão de acordo para votação. Além disso, a discussão sobre os entregadores de aplicativos retorna à pauta com o PL 1665/2020, sob relatoria do dep. Fábio Trad (PSD/MS).

No tema tributário, está na pauta da Comissão de Constituição e Justiça o PLP 05/2021 para permitir a prorrogação, por até 15 (quinze) anos, das isenções, dos incentivos e dos benefícios fiscais ou financeiro-fiscais vinculados ICMS destinados a manutenção ou ao incremento das atividades comerciais, desde que o beneficiário seja o real remetente da mercadoria. E está na pauta da Comissão de Finanças e Tributação o PL 2541/2021, que prorroga a desoneração da folha até dezembro de 2026. Os 17 setores beneficiados pela desoneração devem se reunir com a Ministra-Chefe da Secretaria de Governo, Flávia Arruda, para discutir a proposta, que tem parecer favorável do relator, dep. Jerônimo Goergen (PP/RS).

No Senado Federal, o destaque fica para a MPV 1045/2021, de medidas trabalhistas, que está na pauta de quarta-feira.

. A CPI da Pandemia tem três oitivas agendadas para a semana, seguindo a linha de investigação do FIB Bank e da VTCLog. Já na CCJ, há possibilidade de convocação da sabatina de André Mendonça para o STF, em um movimento de pacificação com o executivo.

Na quinta-feira, 02, a CNDL realiza a Live com o Senador Jorginho Mello (PL/SC) presidente da Frente Parlamentar das Micro e Pequenas Empresas e autor do PLP 46/2021 que trata do novo parcelamento dos débitos do Simples Nacional.



PAUTA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

SEGUNDA-FEIRA (30)

Audiência Pública – PL 4.998, de 2020, "altera a lei no 6.259, de 30 de outubro de 1975, que "dispõe sobre o programa nacional de imunizações, para instituir a carteira de vacinação digital.", e o projeto de lei no 1.674, de 2021, o qual "cria o certificado de imunização e segurança sanitária (css).", ambos originários do senado federal, e respectivos apensos"

TERÇA- FEIRA (31)

15h - PLENÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Destaques para pautas de interesse:

Projeto de Lei n° 2.337, de 2021, do Poder Executivo, que altera a legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza das Pessoas Físicas e das Pessoas Jurídicas e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.
Relator: Deputado Celso Sabino (PSDB/PA)
Posicionamento: Contrário ao aumento de carga tributária.

PL 1.026/2021 do dep. Vinicius carvalho (Republicanos/SP), que determina que o índice de correção dos contratos de locação residencial e comercial não poderá ser superior ao índice oficial de inflação do País – IPCA.
Pendente de parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.
Aprovado Requerimento de Urgência Nº 571/21, em 07/04/21.
Relator: Dep. Luizão Goulart (REPUBLIC/PR).
Posicionamento: Favorável.

PL 2.058/2021, do Dep. Tiago Dimas (Solidariedade/TO), que altera a Lei nº 14.151, de 12 de maio de 2021, para disciplinar as atividades de teletrabalho, trabalho remoto ou outra forma de trabalho a distância de empregadas gestantes.
Pendente de parecer das Comissões de: Defesa dos Direitos da Mulher; Seguridade Social e Família; Trabalho, de Administração e Serviço Público; e Constituição e Justiça e de Cidadania.
Aprovado o RQU Nº 1.479/21, em 15/07/21.
Posicionamento: Favorável.

PEC 17/2019 – de autoria do Senado Federal, altera a Constituição Federal para incluir a proteção de dados pessoais entre os direitos e garantias fundamentais e para fixar a competência privativa da União para legislar sobre proteção e tratamento de dados pessoais.
Posicionamento: favorável.

9h - COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO PÚBLICO (CTASP)

PL 10309/2018 - do Sr. Arlindo Chinaglia - que "acrescenta novo art. 6º-A à Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, que "Dispõe sobre os arranjos de pagamento e as instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB)", para fins de disciplinar o contrato de prestação de serviço firmado entre a instituição de pagamento, que seja emissora de moeda eletrônica, e os estabelecimentos comerciais pertencentes à sua rede credenciada, para aceitação de benefícios inseridos no âmbito do Programa de Alimentação ao Trabalhador (PAT), instituído pela Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976".
RELATOR: Deputado AUGUSTO COUTINHO.
PARECER: pela aprovação deste com substitutivo, Posicionamento: Favorável ao projeto e ao parecer (FCS)

PLP 348/2013 - Do Sr. Laercio Oliveira - Que "Altera A Lei Complementar No 123, De 14 De Dezembro De 2006".
Explicação: Dispensa As Microempresas E Empresas De Pequeno Porte Do Depósito Recursal Em Processos Trabalhistas.
Relator: Deputado Lucas Gonzalez.
Parecer: Pela Aprovação, Com Substitutivo.
Posicionamento: Favorável ao projeto e ao parecer (FCS)

PL 4783/2020 - Do Sr. Vinicius Poit E Outros - Que "Institui, Em Todo O Território Nacional, O Código De Defesa Do Empreendedor".
Relator: Deputado Guiga Peixoto.
Parecer: Pela Aprovação.
Posicionamento: Favorável ao projeto e ao parecer (FCS)

QUARTA-FEIRA (01)

9h - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)

PLP 5/2021 - Do Sr. Efraim Filho - Que "Altera A Lei Complementar No 160, De 7 De Agosto De 2017, Para Permitir A Prorrogação, Por Até 15 (Quinze) Anos, Das Isenções, Dos Incentivos E Dos Benefícios Fiscais Ou Financeiro-Fiscais Vinculados Ao Imposto Sobre Operações Relativas À Circulação De Mercadorias E Sobre Prestações De Serviços De Transporte Interestadual E Intermunicipal E De Comunicação (Icms) Destinados À Manutenção Ou Ao Incremento Das Atividades Comerciais, Desde Que O Beneficiário Seja O Real Remetente Da Mercadoria".
Relatora: Deputada Paula Belmonte.
Parecer: Pela Constitucionalidade, Juridicidade E Técnica Legislativa Deste E Do Substitutivo Da Comissão De Finanças E Tributação.
Posicionamento: Favorável ao projeto e ao parecer (FCS)



9h - COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (CFT)

PL 647/2021 - do Sr. Altineu Côrtes - que "estabelece prazo máximo para a restituição do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, enquanto reconhecida a ocorrência de estado de calamidade pública".
RELATOR: Deputado VINICIUS GURGEL.
PARECER: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei no 647/2021, e do PL no 1.162/2021, apensado; e, no mérito, pela aprovação do PL no 647/2021, com substitutivo, e pela rejeição do PL no 1.162/2021, apensado.
Posicionamento: Favorável ao projeto e ao Projeto (FCS)

PL 2541/2021 - do Sr. Efraim Filho - que "altera a Lei no 12.546, de 14 de dezembro de 2011, para prorrogar o prazo quanto à contribuição previdenciária sobre a receita bruta".
Explicação: Altera a Lei no 10.865 de 2004.
RELATOR: Deputado JERÔNIMO GOERGEN.
PARECER: pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação.
Posicionamento: Favorável ao projeto e ao Projeto (FCS)

13h - COMISSÃO DE COMISSÃO DE DES. ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS (CDEICS)

PLP 238/2020 - do Sr. Reginaldo Lopes - que "autoriza o governo Federal a anistiar temporariamente dividas tributárias federais de Micro e Pequenas Empresas e MEI no montante máximo de R$5.000,00 acumuladas até 31/12/2020".
RELATOR: Deputado HELDER SALOMÃO.
PARECER: pela aprovação.
Posicionamento: Favorável ao projeto e ao parecer (FCS)

PL 9362/2017 - do Sr. Áureo - que "dispõe sobre a política de incentivo e promoção ao desenvolvimento de startups. (PL das Startups)"
RELATOR: Deputado OTTO ALENCAR FILHO.
PARECER: pela rejeição deste, do PL 10928/2018, do PL 477/2019, do PL 2055/2019, do PL 2670/2019, do PL 3432/2019, do PL 5162/2020, e do PL 140/2021, apensados.
Posicionamento: Favorável ao projeto e contrário ao parecer.

PL 1764/2020 - do Sr. Delegado Antônio Furtado - que "dispõe sobre o funcionamento do comércio no Brasil durante a Pandemia de Covid-19".
RELATOR: Deputado GUIGA PEIXOTO.
PARECER: pela aprovação deste, com substitutivo, e pela rejeição do PL 3687/2020, apensado.
Posicionamento: Favorável ao Parecer e ao Projeto

PL 2931/2020 - do Sr. Denis Bezerra e outros - (PL 1137/2020) - que "dispõe sobre medidas de apoio financeiro às atividades empresariais dos setores hoteleiro e de eventos, nas condições que especifica".
RELATOR: Deputado GUIGA PEIXOTO.
PARECER: pela rejeição deste, e do PL 971/2021, apensado.
Posicionamento: Acompanhando.

PL 2383/2020 - do Sr. Wladimir Garotinho - que "cria o Fundo Nacional de Proteção Contra a Inadimplência".
RELATOR: Deputado GUIGA PEIXOTO.
PARECER: pela rejeição.
Posicionamento: Contrário ao Parecer; Favorável ao projeto

PAUTA DO SENADO FEDERAL

QUARTA-FEIRA (01)

9h - COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA (CCT)



A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) realizará audiência pública para **debater a criação e a implantação da moeda digital brasileira, o Real Digital**. A audiência ocorrerá em face do REQ 4/2021, do sen. Rodrigo Cunha (PSDB/AL). Foram convidados:

- Representante do Ministério da Economia (ME)
- Representante do Banco Central do Brasil (Bacen)
- Representante da Federação Brasileira de Bancos (Febraban)
- Representante especialista no tema
- Representante especialista no tema
- Representante especialista no tema

16h – PLENÁRIO DO SENADO FEDERAL

MP 1045/2021 (PLV 17/2021) - Institui o Novo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda; dispõe sobre medidas complementares para o enfrentamento das consequências da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pela Covid-19 no âmbito das relações de trabalho; institui o Programa Primeira Oportunidade e Reinserção no Emprego (Priore), o Regime Especial de Trabalho Incentivado, Qualificação e Inclusão Produtiva (Requip) e o Programa Nacional de Prestação de Serviço Social Voluntário; altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 5.010, de 30 de maio de 1966, 10.259, de 12 de julho de 2001, e 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil); revoga dispositivos da Lei nº 5.584, de 26 de junho de 1970; e dá outras providências.
Posicionamento: Favorável ao projeto (FCS)

RIG | Relações Institucionais e Governamentais

CNDL FCDL CDL CDL Jovem SPC BRASIL

AGENDA DA SEMANA

ESTADOS
SEMANA 30/08 A 03/09





AGENDA LEGISLATIVA

AMAPÁ

Veto Total ao PL 64/2020 (Suspensão da negativação / covid-19) – *Dispõe sobre a proibição da inclusão do nome de consumidores nos cadastros e serviços de proteção ao crédito, no período de calamidade pública.*

Situação: Aprovado parecer na CCJ, pela manutenção do Veto Total. Pronto para pauta da Ordem do Dia, em discussão única.

BAHIA

PL 21.816/2016 (Carta com AR) - Regulamenta a inclusão de dados do consumidor em cadastros de proteção ao crédito.

Situação: Publicizada a íntegra do parecer contrário da CCJ. Aguarda inclusão na Ordem do Dia para deliberação do parecer.

ESPÍRITO SANTO

PL 437/2021 (Cadastro positivo / banco de dados) - Fica vedada a utilização de dívidas prescritas ou com mais de 05 (cinco) anos da data de seu vencimento como parâmetro para fins de pontuação em "Scores do Consumidor", na forma que menciona.

Situação: Protocolado parecer técnico. Aguarda entrada na CCJ.

GOIÁS

PL 842/2019 (Certificado digital) - Institui o código de defesa do empreendedor, estabelece normas para expedição de atos públicos de liberação da atividade econômica, dispõe sobre a realização de análise de impacto regulatório e dá outras providências.

Situação: Aprovado na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação. Aguarda encaminhamento à próxima comissão de mérito.

SANTA CATARINA
PL 222.2/2019 (Certificado digital) - *Institui a Declaração Estadual de Direitos de Liberdade Econômica, estabelece normas para atos de liberação de atividade econômica e a análise de impacto regulatório e adota outras providências.*
Situação: Designado relator na Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia. Aguarda a elaboração do voto do relator.

NOVAS PROPOSIÇÕES

PARAÍBA
PL 3106/2021 - Proíbe a cobrança de taxas bancárias em contas-correntes inativas
Autor: Caio Figueiredo Roberto (PL)
Situação: Protocolado.

PL 3104/2021 - Proíbe a realização de empréstimos bancários através de ligações telefônicas de origem dos bancos e instituições financeiras
Autor: Caio Figueiredo Roberto (PL)
Situação: Protocolado

RIG | Relações Institucionais e Governamentais

CNDL FCDL CDL CDL Jovem SPC BRASIL

INFORMAÇÕES

André Pellizzaro
(11) 3549 6800 ramal 8885

Bianca Robles
(11) 3549 6800 ramal 6277 | (11) 98257-4403

Karoline Lima Santos Pereira
(61) 3213 2000 ramal 2095 | (11) 98819-0387

Marco Antônio Corradi
(61) 3213 2000 | (37) 98405-1313

E-mails: rig@spcbrasil.org.br | rig@cndl.org.br

Com informações da Câmara e Senado Federal. Consultorias Vector, Action e Radar Governamental.



INFORME RIG

Relações Institucionais e Governamentais

CNDL FCDL Sistema CNDL CDL CDL Jovem SPC BRASIL

